

POLÍTICAS PÚBLICAS E CONFLITO AMBIENTAL NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE OITICICA

Maciane Nunes da Silva Alves¹
Herbert Emmanuel Lima de Oliveira²
José Gomes Ferreira³

RESUMO

Desde a década de 1950 que a barragem de Oiticica, situada no interior do estado do Rio Grande do Norte tem sido apontada com um dos eixos de desenvolvimento e segurança hídrica, porém, o processo de construção foi sofrendo sucessivos atrasos motivados por diversos episódios de conflito, pelo que a construção da infraestrutura hídrica somente avançou em 2013. Em anos mais recentes o atraso da obra se deve tanto a novos conflitos para a dificuldades para obtenção de investimento. Possíveis lacunas no planejamento resultaram em um aumento dos custos, parte dos quais implicados na realocação da comunidade Barra de Santana e na catalogação das gravuras rupestres identificadas na área de alagamento da barragem. Buscamos dar conta do histórico do processo de construção da barragem de Oiticica chamando à análise as políticas públicas e a temática do conflito ambiental. Nosso objetivo é dar conta de como os conflitos deram visibilidade ao tema e envolveram maior número de atores. O artigo constitui foca nesses conflitos dando início ao acompanhamento sistemático da construção até à sua inauguração, buscando igualmente conhecer os arranjos que permitam a conclusão da obra.

Palavras-chave: Oiticica, Conflito, Barragens, Rio Grande do Norte, Desenvolvimento.

INTRODUÇÃO

A açudagem tem sido a principal resposta à seca na região Nordeste, em particular no sertão nordestino e norte de Minas Gerais. Esta é uma região fortemente infraestruturada do ponto de vista hídrico e a região semiárida mais populosa do mundo. Ainda assim faltam infraestruturas e equipamentos para fazer chegar água e todas as comunidades e faltam soluções para os problemas do saneamento básico. A estes problemas importa acrescentar cenários que antecipam que venha a ser particularmente afetada pelas alterações climáticas. O tema tem merecido atenção política e repercussão midiática, que temos acompanhado e feito

¹ Graduada no Curso de Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, mjcamo@hotmail.com;

² Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, herberteloliveira@gmail.com;

³ Professor no Departamento de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, jose.ferreira@outlook.com.

repercutir na ótica do desenvolvimento regional e no benefício esperado da transposição das águas do rio São Francisco (SILVA & FERREIRA, 201).

A construção da barragem de Oiticica no contexto de resposta à seca no estado e num contexto mais alargado de infraestruturação do território com obras hídricas, dando sequência ao histórico de açudagem do Nordeste iniciado pelos portugueses que, dado o relevo, o clima e o fato dos rios serem majoritariamente temporários, perceberam ser necessário possuir reservatórios para acumular a água e utilizar nos períodos de escassez. A barragem tem sido uma obra polêmica e com custos crescentes. Os prazos têm sido sucessivamente ultrapassados, assim como o orçamento, estando na origem de conflitos que lhe garantiram enorme visibilidade midiática e mobilização de diversos atores institucionais. Em causa está não apenas o repasse de dinheiro do governo Federal para o governo estadual, que é quem gere o empreendimento, mas sim lacunas no diagnóstico com consequências no planejamento da obra e sua execução, por exemplo, não prevendo, a necessidade de realojar a comunidade de Barra de Santana, incluindo o cemitério local, e a existência de achados rupestres com necessidade de catalogação com base na política brasileira.

Por outro lado, a obra é também um marco na forma como acontecem e são geridos os conflitos ambientais de luta pela terra e água em particular no Rio Grande do Norte. Mostramos em reflexões anteriores (FERREIRA, 2016; RIBEIRO, et al., 2019) que o aumento de frequência dos conflitos se deve, por um lado, às dificuldades na implementação das políticas que regulam o acesso e uso dos recursos naturais e, por outro lado, às dinâmicas sociais e econômicas associadas, na medida em que os conflitos surgem vinculados à realidade social, econômica e política da região ou país em que se desenvolvem. Porém, assumindo que à semelhança dos conflitos sociais gerais, o conflito ambiental é igualmente encarado como catalisador da mudança social e uma oportunidade para a formação de coligações entre indivíduos ou grupos.

Oiticica insere-se nas lutas pelo território e pelo controle de recursos naturais. Realizamos o debate a partir da teoria social e meio ambiente e tendo presente o planejamento e implementação das políticas públicas de resposta à seca. Não esquecemos debates paralelos, como o que Bruno Latour realiza sobre a crise da natureza como crise da objetividade e de não insentabilidade das opções que tomamos a médio ou longo prazo acabam a "vínculos de risco" (LATOURE, 2019, P. 44). E não esquecemos igualmente a ideia de conflito em uma perspectiva mais abrangente, no que recorremos às ciências sociais para aprofundar o debate sobre as teorias do conflito, em particular à Sociologia do Ambiente, que nos mostra como

cronologicamente se deu a transformação dos problemas ambientais em problemas sociais, e como essa transformação se repercutiu na emergência e na intensidade dos conflitos ambientais ao oferecer aos participantes uma oportunidade decisiva no confronto político dos temas em disputa.

O nosso objetivo é identificar as questões em confronto, os momentos mais importantes, a mobilização produzida e quem foram os atores sociais que lideraram cada processo. É um objetivo ambicioso que aqui iniciamos, mas que é possível de realizar por etapas. Nesse sentido, destacamos várias dimensões com efeito cronológico que importa seguir para concretizar a nossa proposta. Em primeiro lugar, recuperar o histórico do processo, que levou ao recuo na construção e paralelamente à construção da barragem Armando Ribeiro Gonçalves. O retomar do projeto com o PAC - Programa de Aceleração do Crescimento; a criação do movimento de antigidos pela barragem de Oiticica, com questões como as indenizações, a necessidade de relocar a comunidade Barra de Santana e a transladação dos corpos para novo cemitério. Damos essencialmente destaque ao conflito decorrente da insatisfação com as indenizações e ao conflito com o IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional decorrente da existência de gravuras ruprestes e as dificuldades resultantes do aumento de custo da obra.

Para nossa apresentação realizamos uma ampla revisão bibliográfica sobre o tema, designadamente a partir de artigos científicos, dissertações, teses e trabalhos de conclusão de curso, assim como de documentos oficiais e notícias da mídia regional e nacional. Realizamos igualmente visitas à obra, seminários e entrevistas semiestruturadas.

METODOLOGIA

Na nossa proposta recorreremos a metodologias diferenciadas, mas complementares na reconstrução da cronologia do conflito contra a construção da barragem de Oiticica. Para dar conta do histórico do projeto e dos primeiros conflitos identificados realizamos uma ampla coleta de documentos oficiais e revisão da literatura sobre a temática, no que identificamos alguns artigos científicos, mas sobretudo pesquisas em contexto acadêmico, tanto podendo ser trabalhos de conclusão de curso, como dissertações e pelo menos uma tese de doutorado. As informações coletadas acompanham toda a pesquisa, no entanto, para se aprofundar no conhecimento sobre o tema fazemos uma ampla coleta e análise de notícias da mídia nos

jornais Tribuna do Norte e G1 Globo, com uma abrangência que vai desde o período de início das obras, em 2013, até agosto de 2019. Em primeiro lugar, damos destaque ao histórico do projeto e aos conflitos no momento de construção, sinalizando a disputa dos agricultores e dos membros da comunidade Barra de Santana.

De forma complementar, ainda em curso, realizamos visitas ao local, organizamos eventos sobre o tema e realização de entrevistas semiestruturadas a gestores públicos e pesquisadores que na sua trajetória acompanharam o processo. Esse processo está ainda em curso, pelo que damos conta no texto de uma panorâmica geral da cronologia da construção da barragem de Oiticica dos principais focos de conflito e impasse na conclusão da obra.

DESENVOLVIMENTO

A barragem de Oiticica encontra-se inserida na Bacia Hidrográfica Piranhas-Açu, abrangendo os municípios de Jucurutu, Jardim de Piranhas e São Fernando, no estado do Rio Grande do Norte. O primeiro projeto foi elaborado pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS na década de 1950 em um contexto de secas severas e de resposta ao problema pelo presidente Vargas, nomeando, José Américo de Almeida para assumir o Ministério da Viação e Obras Públicas e a partir do cargo intervir nas obras hídricas do Nordeste (MOREIRA, 2017). A infraestrutura tinha uma capacidade projetada de aproximadamente 500 hm³, com a finalidade de irrigar uma área de cerca de 10.000 ha e aumentar a segurança hídrica para a população de cerca de 17 municípios da região, criando perímetros irrigados e diminuindo a ocorrência de cheias.

O IV Plano Diretor da SUDENE previa a conclusão da obra para 1971, mas, primeiro o suicídio do presidente Getúlio Vargas em 1954 e, posteriormente, na década de 1970, o avanço da construção das obras da barragem Armando Ribeiro Gonçalves, travaram o projeto, que avançaria em 2013 com a assinatura do termo para ordem de serviço no Governo da Presidente Dilma Roussef, dando início a construção do reservatório (SANTOS & SILVA, 2017). Antes disso, em 2007, o projeto foi integrado no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) anunciado pelo governo federal. Mas somente avançou em 2013 com a assinatura, pela presidenta Dilma Roussef, do termo de compromisso que transferia a responsabilidade da construção da barragem de Oiticica do Departamento Nacional de Obras

Contra as Secas (DNOCS), a quem competia à construção por se tratar de um rio federal, para o Executivo do Estado, através da Secretaria de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos.

À data, o custo da obra estava orçado em R\$ 311 milhões, sendo R\$ 19 milhões de contrapartida do Estado. Politicamente a obra resulta igualmente da articulação do deputado federal Henrique Eduardo Alves e da governadora Rosalba Ciarlini Rosado, conseguindo trazer ao local da obra a presidente Dilma Roussef, conferindo-lhe importância estratégica (Tribuna do Norte, 2013-04-01). O atual projeto não serve apenas para acumular água do rio Rio Piranhas Açu, servirá igualmente de reservatório às águas do projeto de transposição do rio São Francisco, promovendo a agricultura de irrigação nas suas áreas e acumulando água para complemento da barragem Armando Ribeiro Gonçalves, facilitando igualmente a chegada de água a diversas regiões do interior do Rio Grande do Norte através da atual rede de adutoras.

O processo de construção da barragem é um tema polêmico que se vem arrastado. As obras iniciaram-se em 2013 no município de Jucurutu. A barragem deveria ter sido concluída em 2015, porém tem sido protelada, podendo acontecer apenas no segundo semestre de 2020. A barragem receberá água da transposição do São Francisco, funcionando como reservatório de apoio à barragem Armando Ribeiro Gonçalves, e permitindo igualmente prática agrícola no seu entorno. Terá uma capacidade para armazenar 566 milhões de metros cúbicos de água, que irá beneficiar 350 mil pessoas em 17 cidades do RN. O valor original de R\$ 241,7 milhões apresentava-se, em 2017, 130% mais cara", saltando para R\$ 559 milhões (Tribuna do Norte, 24 de dezembro de 2017) (SILVA & FERREIRA, 2018).

A previsão inicial era de conclusão da obra em 2015, mas em 2019 ainda está longe de estar concretizada, com 75% da obra concluída. O reservatório ocupará aproximadamente 6 mil ha, acumulando um volume de água de 556,3 hm³. A expectativa é que Oiticica não seja usada apenas para irrigação e se transforme em curto prazo em um dos mais importantes reservatórios para a garantia do abastecimento humano das cidades do Seridó (ANA, 2016). O atraso na conclusão da obra deve-se às dificuldades não previstas de expropriação e respectiva indenização que estiveram na origem de diversos conflitos com a comunidade, responsáveis pela paragem das obras em vários momentos, mas também a institucionais e ao aumento dos custos da construção. Na nossa proposta propomos revisitar alguns desses episódios, deixando seu aprofundamento para um projeto atualmente em curso.

A visibilidade do tema nas mídias e o relato dos dirigentes riograndenses em contexto de entrevista revelam lacunas no processo na fase de diagnóstico e tomada de

decisão, por exemplo, não prevendo a necessidade de realocação da comunidade de Barra de Santana, os custos e o calendário de realocamento. Nem foi colocada a possibilidade do reservatório servir os municípios contemplados com o chamado Ramal do Apodi da transposição, optando pela construção do ramal quando deveriam ter sido equacionadas opções menos onerosas, tal como demonstra o estudo realizado para a CAERN - Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte por João Abner Guimarães Junior, que prevê o recurso adutoras a partir do reservatório (GUIMARÃES JUNIOR, 2018).

A controvérsia pública gerou-se pelo descontentamento das comunidades, que não foram chamadas a participar no processo decisório e viram-se atingidas com a construção da barragem cerca de 850 famílias residentes na Comunidade Barra de Santana e demais agricultores circunvizinhos (SILVA & FORBELON, 2018; SILVA & SILVA, 2017). A reação foi tanto em relação ao impacto do empreendimento como ao transtorno do período de obras. Assistindo-se a tomadas de posição, designadamente do Movimento dos Atingidos pela Barragem Oiticica, mas também institucional com o IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ao terem sido encontrados vestígios arqueológicos na área a alagar, têm dado grande visibilidade ao tema, que perante sucessivos atrasos e a necessidade de terminar a obra, que se vê confrontada com o fato de ver ampliado o custo de construção de R\$ 311 milhões para R\$549.996.667,00, segundo informação com data de 30 de Junho de 2018 do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2019).

O conflito obrigou o redimensionamento da obra, temática a que a mídia deu larga visibilidade. Os aspectos mencionados aumentam o interessam das políticas públicas pela infraestrutura, assim como pelo processo de construção e futura operação da barragem (SANTOS; SILVA, 2017). Existindo enorme pressão pela utilização da água por parte das comunidades na perspectiva da barragem vir a favorecer pequenos agricultores da região, até aqui representadas por movimentos sociais como o SEAPAC - Serviço de Apoio aos Projetos Alternativos Comunitários e o Movimento dos Atingidos e Atingidas pela Construção da Barragem. Mas também existe enorme expectativa do represamento das águas por parte do chamado agronegócio do vale do Açu, que viu crescer a produção em período de seca ao recorrer à água subterrânea, mas está consciente da insustentabilidade dessa solução, pelo que aguarda a água de superfície.

Também o futuro modelo de gestão, igualmente referente à participação e controle social, mas primeiramente na articulação entre entidades presentes, quer sejam federais - entre

elas, a ANA - Agência Nacional de Águas e o DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - estaduais e municipais - SEMARH - Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos; IGARN - Instituto de Gestão das Águas do Rio Grande do Norte e municípios envolvidos - e o Comitê de bacia, que além de abranger dois estados tem na sua composição representantes dos usuários e de organizações da sociedade civil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Praticamente desde o momento em que foi relançada a construção da barragem de Oiticica surgiram vários focos de conflito. O primeiro se liga ao processo de desapropriação dos terrenos afetados. Apesar de prometida e esperada a barragem não foi bem vinda por todos, em particular pelos proprietários afetados pela área alagável da bacia hidrográfica. Se no dia 10 de novembro de 2013 a Tribuna do Norte informa que a "Barragem de Oiticica começa a sair do papel", poucos meses depois, no dia 7 de janeiro de 2014 conta que os "Agricultores ocupam canteiro de obra". Segundo a mesma notícia alguns agricultores da região acamparam no canteiro de obras, parando as obras e cobrando a presença da governadora Rosalba Ciarlini, que visitou o local no dia seguinte, para que fosse discutida a forma como ocorrerá a desapropriação das propriedades vizinhas e como serão instaladas as famílias que residem no território, principalmente de Barra de Santana. Ficamos sabendo pela notícia que, nessa data, tinha sido criado a Coordenadoria de Defesa dos Atingidos pela Barragem de Oiticica, que era favorável à obra, contudo mostrava preocupação com o atendimento aos moradores a serem atingidos (Tribuna do Norte, 07/01/2014).

Após reunião realizada em Jucurutu no dia seguinte, Governadora apresentou o cronograma de transferência dos moradores e garantindo-lhe as indenizações devidas. No processo o governo reconheceu os problemas de cadastramento das famílias, que implicou o recadastramento das 1.003 famílias - 753 da zona rural e 250 de Barra de Santana – "pois o primeiro feito em 2005 não condizia com a realidade" (Tribuna do Norte, 2014-01-08), foi possível no encontro com a governadora um compromisso para a entrega das novas casas em abril de 2015, seis meses antes do término da obra da Barragem de Oiticica.

O conflito em torno das indenizações dos moradores de Barra de Santana pautou muitas vezes a agenda da construção da barragem de Oiticica e motivou tanto o apoio federal como a suspensão das obras. A 17 de maio famílias e proprietários de terras realizaram uma

romaria no entorno das obras Barragem Oiticica, em uma ação da luta pela preservação dos direitos e justiça nas indenizações das propriedades que serão cobertas pelas águas da Barragem, contando a romaria com a presença do Arcebispo de Natal, Dom Jaime Vieira Rocha, assim como do Bispo de Mossoró, Dom Mariano Manzana, do Administrador Diocesano de Caicó, Pe. Ivanoff da Costa Pereira, e do pároco de Jucurutu, Pe. Erivan Primo. Estiveram igualmente presentes representantes de diversos movimentos sociais e Sindicatos dos Trabalhadores Rurais.

Na sequência, a 6 de outubro de 2014 foi publicada a notícia "TJRN fará mutirão de conciliação para litígios da construção da Barragem de Oiticica" dando conta da publicação, pela Presidência do TJRN, da Portaria nº 1.384, regulamentou a instalação do Mutirão de Conciliação pré-processual, nos litígios relativos à lei de direitos patrimoniais que poderiam surgir com o andamento da obra da Barragem de Oiticica. Porém, a 11 de novembro a notícia dava conta da paralisação da terraplanagem obra em resultado do andamento lento dos processos de indenização e realocação das famílias atingidas, motivado por um atraso no repasse dos recursos. A notícia da Tribuna do Norte de 14 de novembro de 2014 dava conta que um dos principais assuntos discutidos pela governadora Rosalba Ciarlini na audiência com o ministro Francisco José Coelho Teixeira foi a urgência na liberação dos recursos federais da ordem de R\$ 10 milhões para o pagamento imediato das indenizações das famílias da comunidade de Barra de Santana e de que o ministro garantiu esse repassa.

Em 2015, a 5 de janeiro teve início novo protesto dos moradores justificado pelo atraso no pagamento das indenizações. O governador à época, Robinson Faria, recebeu uma comissão de representantes das famílias atingidas pela construção e fez uma apelo para o grupo deixar o local. No entanto, os manifestantes exigiram a presença do governador no local da obra para conversar com as famílias e firmar um cronograma para o pagamento das indenizações (Tribuna do Norte, 2015-01-08). No final do mês, uma decisão do juiz Cleofas Coelho, do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, autorizou o pagamento de 18 ações de servidão de moradores da barragem de Oiticica. Dando até dez dias para que o Estado fizesse o repasse aos moradores. No início de fevereiro o governador Robinson Faria se reuniu com moradores da comunidade de Barra de Santana, da qual resultou um acordo entre o Governo do Estado e o Movimento dos Atingidos e Atingidas pela Construção da Barragem de Oiticica assinado no dia 20 de fevereiro, sendo retomadas as obras no dia 23.

Entre os equipamentos não previstos na comunidade da Nova Barra de Santana destaca-se a construção do novo cemitério, vindo a aumentar os custos totais e o atrasar o

cronograma, dada a necessidade de transladação dos corpos do antigo cemitério, implicando a identificação de cada jazigo com a participação de cada família que tinha algum parente sepultado no antigo cemitério. Não estava inicialmente programado, mas negociada com o Movimento de Atingidos e Atingidas pela Barragem a construção de três agrovilas.

Figura 1. Construção da barragem de Oiticica



Fonte: acervo dos autores, 2018

O conflito não cessou, nem as reivindicações, apesar do diálogo entre as partes. Prova disso é que no sábado, dia 14 de setembro, se realizou mais uma reunião entre a governadora Fátima Bezerra e várias outras entidades com a comunidade de Barra de Santana. O Movimento dos Atingidos e Atingidas pela Construção da Barragem de Oiticica (2019) deixou com conjunto de reivindicações, entre elas, a construção da Nova Barra de Santana, do Cemitério, da implantação de agrovilas, das indenizações e supressão vegetação.

Outro dos mais importantes focos de conflito que veio adiar a conclusão da obra foi aquele em que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) veio exigir novos estudos em áreas da barragem. Num desses episódios, em 2015, foi dado ao Governo do Estado tem 15 dias para apresentar uma nova proposta de metodologia para repropsecção em áreas da bacia hidráulica da Barragem de Oiticica, principalmente no perímetro de 200 hectares, a ser alagado, e onde foram identificados novos vestígios arqueológicos. O prazo foi acordado durante 11ª reunião de conciliação entre o IPHAN e a Semarh, mediada pelo

Ministério Público Federal, que tendou firmar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para definir prazos para as medidas determinadas pelo IPHAN e sanções em caso de descumprimento por parte do estado. No diagnóstico inicial conduzido pela Semarh foram identificados 16 painéis de grafismos rupestres na área. Mas com o avanço dos estudos demandados pelo IPHAN foram registrados mais de 40 sítios arqueológicos. Parte deles na última vistoria realizada no dia 28 de agosto deste ano (Tribuna do Norte, 21/09/2018).

Nessa data, Márcio Alekssander Granzotto, superintendente substituto do IPHAN no RN, declarou que o primeiro diagnóstico não foi bem feito. Declarações que na altura o titular da Semarh, Mairton França, rebateu para a Tribuna do Norte, mas também em sessão que organizamos na UFRN, afirmando “Não é bem assim: a metodologia do diagnóstico foi elaborada por um arqueólogo e aprovada pelo próprio IPHAN” Tribuna do Norte, 21/09/2018).

De fato, esse tema foi muito polêmico, levando à interdição parcial da obra na área alagável da barragem e a interdição parcial do canteiro de obras. Interdição que resolvida com a assinatura do Termo de Referência Específico para o Programa de Resgate e Delimitação de Painéis, no qual o IPHAN listou as providências a serem adotadas pelo governo para a regularização do empreendimento e que incluía o resgate dos grafismos rupestres no Enclave de Pedra Ferrada a partir de escaneamento tridimensional, bem como estudos de datação, o que aumentou os custos da obra.

A questão dos custos tem merecido a atenção de várias entidades públicas e diz respeito, não só ao impasse derivado de conflitos e outras questões de natureza técnica, mas a eventuais lacunas do projeto na fase de diagnóstico e concessão de licença prévia. Prevê-se que no final do ano de 2019 esteja concluída a obra, o que implica acelerar a construção. Atualmente a barragem está com 74% da obra concluída, no entanto, a Semarh segue aguardando a autorização do órgão citado para darem início as obras de restaurações arqueológicas das áreas que serão inundadas. (Tribuna do Norte, 26.07.2019)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta que apresentamos é de uma pesquisa que agora se inicia e que queremos discutir a partir das Ciências Sociais e das políticas públicas trazendo questões como o conflito ambiental, sua visibilidade, papel dos atores institucionais e seu repertório levando-o

a um debate mais alargado sobre a necessidade de se produzir bons diagnósticos na fase de projeto de grandes infraestruturas, que sejam amplos e socialmente participados. Um bom projeto teria evitado muitos dos conflitos que ocorreram e evitava gastos desnecessários. O conflito de Oiticica poderá ter atrasado a conclusão da obra, mas foi uma oportunidade para envolver a comunidade na busca de soluções e se conhecer mais sobre aquela parte do território da bacia hidrográfica, mas esse trabalho de envolvimento e busca de informação e ampla visão deveria ser anterior.

Oiticica tem a particularidade de se apresentar como uma obra fundamental para a proposta de desenvolvimento do Rio Grande do Norte, não só na garantia hídrica que fornece aos municípios do interior, mas igualmente no reforço de uma das principais atividades da região - a agricultura irrigada. Não é apenas o agronegócio que pode tirar benefício da chegada das águas. O envolvimento do Movimento dos Atingidos pela Barragem Oiticica, de Sindicatos dos Agricultores Rurais e da própria Igreja mostra a importância social que está sendo colocada na infraestrutura ao possibilitar a irrigação de pequenas e médias explorações. É igualmente uma peça fundamental na chegada das águas da transposição do São Francisco, ao posicionar-se como primeira barragem de acumulação de água que servirá de reservatório à barragem Armando Ribeiro Gonçalves e ao Vale do Açu.

REFERÊNCIAS

ANA. Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Piancó-Piranhas-Açu. Brasília: Agência Nacional de Águas, 2016.

ARAÚJO, P. S. O. de. Direitos reais e realidade do direito na barragem de oiticica: eficácia jurídica e social da desapropriação na comunidade de Barra de Santana, em Jucurutu-RN. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2018.

GUIMARÃES JR, J. A. Reforma hídrica do Nordeste como alternativa à transposição do rio São Francisco. Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades, (227), 80-88. 2016.

LATOUR, B. Políticas da natureza. Como associar as ciências à democracia. São Paulo: Editora UNESP, 2019.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. Barragem Oiticica - RN, 2018. Disponível em <http://www.pac.gov.br/obra/8043>, acesso a 12 de setembro de 2019.

MOREIRA, J. F. Direito ao acesso à água: conflitos socioambientais na bacia hidrográfica Piranhas-Açu. Tese de doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Associação Plena em Rede, João Pessoa, 2017.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS E ATINGIDAS PELA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE OITICICA. Coordenação do Movimento. Reivindicações do Movimento dos Atingidos e Atingidas pela Construção da Barragem de Oiticica, no território do Seridó potiguar, à governadora Fátima Bezerra. Jucurutu, RN, 2019.

PEREIRA, T. A. C. D. Economia, direito e política agrária: uma análise do instituto da "servidão administrativa" aplicado no "Complexo Hidráulico da Barragem Oiticica" no município de Jucurutu/RN. Monografia da Graduação em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

RIBEIRO, M. M. R.; FERREIRA, J. G.; AMORIM, A. L.; SCHMIDT, L. Bacias hidrográficas compartilhadas no Brasil e na Península Ibérica: buscando consensos via mecanismos de resolução de conflitos. PHILIPPI JR, Arlindo; SOBRAL, Maria do Carmo (Ed.). Gestão de bacias hidrográficas e sustentabilidade. São Paulo: Editora Manole, 2019, p. 1020-1046.

SANTOS, J. S.; SILVA, M. C. Água e conflito: o movimento do(a)s atingido(a)s e a Barragem de Oiticica (Jucurutu/RN) (2012-2014). Revista GeoInterações, v. 1, n. 2, p. 03-29, 2017.

SILVA, A. S. B.; FORBELONI, J. V. Os Impactos Ambientais e Sociais da construção da Barragem de Oiticica – Jucurutu/RN. Anais do XIV Encontro Nacional de Engenharia e Desenvolvimento Social Movendo Outras Engrenagens Itajubá-MG, Brasil, 2018.

SILVA, P. V. O.; FERREIRA, J. G. Transposição das Águas do Rio São Francisco: Cobertura Midiática nos jornais Diário do Sertão e Tribuna do Norte. Anais do I CONADIS Congresso Nacional sobre a Diversidade do Semiárido, 2018, NATAL. Realize Eventos e Editora, 2019.

Jornal várias datas

Tribuna do Norte
G1 Globo